



KOBAYASHI, M. C. M. (Org.). *Educação de jovens e adultos UNESP/ALFASOL: contextos e práticas*. Bauru, SP: Canal6, 2008, 152 p. ISBN 978-85-99728-52-9

O livro sobre **Educação de Jovens e Adultos** (EJA), publicado em 2008, é coletânea de textos, organizada por Maria do Carmo Monteiro Kobayashi, professora do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências, produzida por professores e alunos estagiários de diversas Unidades Universitárias da UNESP participantes diretas do Programa Alfabetização Solidária (PAS), desenvolvido no período compreendido entre os anos de 1997 e 2007. Evidencia a atuação silenciosa e persistente da Universidade Estadual Paulista em municípios do Nordeste, Norte e Centro-Oeste do Brasil, em parceria com as prefeituras e secretarias de educação municipais e o PAS.

A coletânea de textos gerados a partir de práticas em vários pontos do país fornece ao leitor, interessado nos assuntos de Educação de Jovens e Adultos, várias “leituras” sobre a importância educacional, social, política e cultural em contextos pobres do interior do Brasil, nos quais uma população desassistida dos bens culturais vê seus direitos esquecidos e procrastinados.

É possível identificar pelo menos três direções na “leitura” dos textos. Uma primeira seria a leitura pedagógica e política da EJA. Parte do pressuposto que o fim da alfabetização é ensinar a ler e a escrever, baseada na articulação dialética de conteúdo e método, domínio de código lingüístico e compreensão de mensagem, linguagem e contexto, palavra e existência. Em suma, a síntese compreensiva entre grafema, fonema e semantema é inseparável do processo de alfabetização de jovens e adultos das camadas populares. Alfabetizar é, ao mesmo tempo, um ato político de conscientização e o domínio do uso social de um instrumento básico de cidadania e desenvolvimento social e cultural das populações à margem da sociedade letrada. Compreende que a expropriação econômica anda a par da expropriação educativa e cultural e vice-versa.

A segunda direção procura fundamentar a ação alfabetizadora na compreensão psicológica do aluno que aprende como ser inteligente, vivendo em sociedade centrada na ciência e na tecnologia, onde a informação e a comunicação têm papel relevante na apropriação do conhecimento. Nesse sentido, os alunos trabalhadores deverão ser preparados para a “Sociedade em Rede”, segundo a conceituação de CASTELL (1999) e, didaticamente, a ação pedagógica de EJA deverá caminhar no sentido da implementação de “Projeto de Trabalho”, cuja origem remonta à pedagogia da escola nova. Na mesma direção psicológica se situa o estudo que procura demonstrar a oportunidade de aplicação da teoria da Psicologia da Gestalt, segundo os conceitos de pregnância, semelhança ou similaridade, proximidade, boa continuidade, clausura e experiência passada à prática de EJA. Neste caso, como no anterior, a Psicologia é tomada como base para a ação pedagógica. Outro texto, dentro da orientação centrada na Psicologia, recusa o método tradicional de alfabetização “uma vez que o processo de aquisição do sistema alfabético e ortográfico da escrita deve ser simultâneo às práticas sociais da escrita”. E afirma que o desafio “é tratar a língua escrita em sua função social, mobilizar a rede de conhecimentos prévios e dotar o jovem e o adulto da competência para viver cotidianamente no mundo letrado sem se sentir discriminado e, ao mesmo tempo, compreender os discursos da elite” que usa do discurso falado e escrito para reforçar a hegemonia através da persuasão.



A terceira direção objetiva articular a ação alfabetizadora da EJA à dimensão ecológica contemporânea, numa perspectiva freireana que ressalta a importância da categoria de conscientização pelo método dialógico, oposto a toda concepção “bancária” de educação. Nesta “leitura” da realidade, a relação educativa, ao tomar o contexto como ponto de partida da ação educativa, procurará mostrar e demonstrar “os alarmantes quadros de degradação ambiental” que descortinam em nosso entorno e que devem orientar a relação dialógica ao longo do processo de alfabetização de jovens e adultos. Daí, também, a incorporação no programas de EJA do tema relacionado ao “consumo sustentável” acompanhada de a necessidade de mudança no comportamento de todos envolvidos na alfabetização de jovens e adultos.

Por último, vale a crítica “à visão grafocêntrica da instituição escolar” apoiada exclusivamente na inteligibilidade de “a leitura como decifração psicomotora” e na “desconsideração do letramento enquanto leitura e escrita”.

Numa síntese compreensiva, poderíamos afirmar que a coletânea de textos patenteia o fato de que ensinar o jovem e o adulto a ler e a escrever é tarefa complexa, que repele a simples transposição para adultos da didática usada na alfabetização de crianças. Em todos os textos percebe-se que o alfabetizador de EJA terá que dar vez e voz ao jovem e ao adulto em processo de aprendizagem da leitura e da escrita; ademais, aproveitar a experiência do adulto e a partir dela estruturar as ações de ensino e aprendizagem parece ser o caminho adequado, para se atingir bons resultados pedagógicos.

Politicamente, é preciso ter em mente que o adulto dito analfabeto não o é em termos da linguagem falada, utilizada para se comunicar e entender o próximo. Mas, pelo bem da verdade histórica, é um cidadão espoliado de muitos direitos. Todavia, é um ser social que trabalha, sustenta a família, é pai ou mãe, tem vida social e sonha. Na maioria das vezes a pecha de analfabeto não o impediu de sobreviver às penúrias impostas pelo sistema competitivo centrado na lógica perversa que concentra nas grandes cidades os recursos culturais, financeiros, educacionais, econômicos, etc., em detrimento das populações rurícolas consideradas pela classe dominante como rudes, rústicas, grosseiras, camponesas a fazerem uso de formas dialetais em desacordo com a norma culta da língua pátria.

Os métodos de alfabetização poderão ter base pedagógica, psicológica, lingüística, ambiental, sociológica, mas não se poderá olvidar o alvo da EJA, que será sempre o de dotar o jovem e o adulto da leitura e da escrita com instrumentos ou meios indispensáveis para tornar a pessoa sintonizada com o mundo, capaz de compreender o uso social da língua falada e escrita, percebê-las como núcleo agregador da nação, fonte de cultura, aspirações e sonhos. Não se estará a exagerar quando se afirma que a apropriação da linguagem falada e escrita é elemento importante no processo de humanização e emancipação da pessoa. É a possibilidade de entrar em contato com a “cultura letrada” que preserva o conhecimento relevante e capacita o ser humano a entender a linguagem culta que anota a experiência humana através dos séculos, nos mais diversos aspectos da prática humana. Uma coisa parece certa: sem o domínio significativo da leitura e da escrita não se avançará em termos da integral formação humana.

Isto posto, podemos concluir que a leitura do livro publicado pela Pró-Reitoria de Extensão da UNESP poderá ser útil a educadores e estudantes para a compreensão do universo do jovem e adulto que lutam para se apropriar da linguagem simbólica imperante na sociedade contemporânea. Daí, o dever do Estado brasileiro em estruturar e



implementar políticas públicas de longo e persistente alcance que eliminem de todo a “visão campanhista” que têm orientado os planos de EJA ao longo da História da Educação brasileira.

Professor José Misael Ferreira do Vale